

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.751.627 - RS (2018/0162065-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : LUIZACRED S.A. SOCIEDADE DE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO  
**ADVOGADOS** : OSVALDO GUERRA ZOLET - RS035609  
JULIANA MERHEB MENDES - RS070691  
FERNANDA QUEVEDO DALLMANN - RS103834  
**RECORRIDO** : TERESINHA DALCAROBO  
**ADVOGADOS** : AMIEL DIAS DE LUIZ - RS078403  
JUAN CARLOS RODRIGUES E OUTRO(S) - RS086365  
**INTERES.** : MAGAZINE LUIZA S/A

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO. CARTÃO DE CRÉDITO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. PERIODICIDADE INFERIOR À ANUAL. POSSIBILIDADE. REQUISITOS: PACTUAÇÃO EXPRESSA E CONTRATO POSTERIOR À MP Nº 1.963/2000.

1. É possível a capitalização de juros em periodicidade inferior à anual, desde que expressamente pactuada e em contrato posterior à MP nº 1.963/2000 - REsp 973.827/RS, representativo de controvérsia.

3. Recurso especial parcialmente provido.

**DECISÃO**

1. Cuida-se de recurso especial interposto por LUIZACRED S.A. SOCIEDADE DE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim ementado:

APELAÇÕES CÍVEIS. CONTRATOS DE CARTÃO DE CRÉDITO. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO. CARTÃO DE CRÉDITO. CDC. JUROS REMUNERATÓRIOS. CAPITALIZAÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. TAXAS E TARIFAS. MORA. REPETIÇÃO DE INDÉBITO.

INTERESSE RECURSAL. O interesse recursal está diretamente ligado à sucumbência material. Recurso da autora não conhecido em relação ao pedido de limitação dos juros remuneratórios, TAC/TEC e comissão de permanência.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

Consolidada a aplicação do Código de Defesa do Consumidor e a

possibilidade de revisão judicial dos contratos quando existente desequilíbrio ou abusividade. Precedentes e Súmula 297 STJ.

**JUROS REMUNERATÓRIOS.** Possível a revisão contratual na hipótese de os juros remuneratórios exorbitarem a taxa média de mercado. Situação ocorrida nos autos, em que a taxa aplicada é superior à taxa média publicada pelo BACEN.

**CAPITALIZAÇÃO DE JUROS.** A jurisprudência nacional reconhece a possibilidade de capitalização de juros, desde que expressamente pactuada. Necessária a contratação expressa. Recurso Especial nº. 1.388.972/SC.

**ENCARGOS DE INADIMPLÊNCIA.** Com previsão expressa é possível a cobrança de comissão de permanência. Não há potestatividade na cláusula, nos termos da Súmula n. 296 do STJ.

**AFASTAMENTO DA MORA E INSCRIÇÃO NOS CADASTRO DE DEVEDORES.** Afastada a mora contratual não cabe a inscrição em cadastro de inadimplentes, ou outros atos tendentes à cobrança do débito.

**COMPENSAÇÃO. REPETIÇÃO.** Devem ser devolvidos ou compensados, de forma simples, os valores eventualmente pagos a maior pelo consumidor.

**SUCUMBÊNCIA.** Redimensionada.

**RECURSO DA PARTE AUTORA CONHECIDO EM PARTE, E NA PARTE CONHECIDA, PROVIDO EM PARTE.**

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 5º da Medida Provisória 2170/01; 1º e 5º do Decreto 22626/33; 1º e 4º, IX, da Lei 4595/94 e 406 e 591 do Código Civil.

Sustenta ser possível a capitalização diária de juros remuneratórios, a qual foi pactuada expressamente.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial, consoante certidão à fl. 270.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 405-413).

É o relatório.

DECIDO.

2. A 2ª Seção deste Tribunal Superior já firmou posicionamento, em sede de recurso especial representativo de controvérsia - Resp 973.827/RS, pela possibilidade da cobrança da capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual, desde que atendidos os seguintes requisitos: **a)** existência de previsão contratual expressa da capitalização com periodicidade inferior a um ano; e **b)** tenha sido o contrato firmado após 31/03/2000, data da primeira edição da MP, então sob o nº 1963-17, não sendo admissível antes dessa data.

Veja-se a ementa:

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. AÇÕES REVISIONAL E DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO. CONTRATO DE

FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. DECRETO 22.626/1933 MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MORA. CARACTERIZAÇÃO.

1. A capitalização de juros vedada pelo Decreto 22.626/1933 (Lei de Usura) em intervalo inferior a um ano e permitida pela Medida Provisória 2.170-36/2001, desde que expressamente pactuada, tem por pressuposto a circunstância de os juros devidos e já vencidos serem, periodicamente, incorporados ao valor principal. Os juros não pagos são incorporados ao capital e sobre eles passam a incidir novos juros.

2. Por outro lado, há os conceitos abstratos, de matemática financeira, de 'taxa de juros simples' e 'taxa de juros compostos', métodos usados na formação da taxa de juros contratada, prévios ao início do cumprimento do contrato. A mera circunstância de estar pactuada taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1933.

3. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC: - 'É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada' - 'A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada'.

4. Segundo o entendimento pacificado na 2ª Seção, a comissão de permanência não pode ser cumulada com quaisquer outros encargos remuneratórios ou moratórios.

5. É lícita a cobrança dos encargos da mora quando caracterizado o estado de inadimplência, que decorre da falta de demonstração da abusividade das cláusulas contratuais questionadas.

6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido.

(REsp 973.827/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2012, DJe 24/09/2012)

No presente caso, a Corte de origem entendeu ser ilegal a capitalização de juros em periodicidade diária, assim consignando (fls. 245):

No caso, o contrato juntado aos autos (fls. 79/88) prevê expressamente a indicação da capitalização diária de juros (fl. 85 - cláusula 9, alínea 'a').

Embora explícita a incidência dos juros capitalizados, nos termos dos precedentes da Câmara deve ser afastada a sua incidência diária, pelo excesso de onerosidade em desfavor do consumidor. Cito:

[ ...KAPITALIZAÇÃO. - Caso concreto em que prevista e afastada a capitalização diária em razão da abusividade e onerosidade excessiva que

devem ser rechaçadas. [...3(Apelção Cível Nº 70071318729, Vigésima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Paula Dalbosco, Julgado em 29/11/2016).

A capitalização diária é considerada abusiva por impor ao consumidor uma condição de extrema desvantagem. Ao se considerar a composição de juros sobre juros diariamente o consumidor pode ser reduzido à insolvência ou, pelo menos, ter maiores dificuldades para honrar a avença. Ademais, não é raro que a capitalização diária leve à superação da taxa de juros média aferida pelo Banco Central do Brasil, o que caracteriza, no conduto da jurisprudência sedimentada pelo Superior Tribunal de Justiça, abusividade que desafia a revisão contratual.

Assim, o *decisum* recorrido, ao afirmar que a capitalização diária dos juros não é possível, na hipótese, está em confronto com a orientação consolidada neste Superior Tribunal de Justiça, que permite a capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual, desde que celebrados a partir de 31/03/2000 e expressamente pactuada, merecendo, portanto, ser reformado.

No mesmo sentido, é o seguinte precedente:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. SÚMULA 382/STJ. CAPITALIZAÇÃO DIÁRIA. MP 2.170-36/2001. APLICAÇÃO DA SÚMULA 83 DO STJ. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Nos contratos bancários não se aplica a limitação da taxa de juros remuneratórios em 12% ao ano, sendo necessária a demonstração, no caso concreto, de que a referida taxa diverge de forma atípica da média de mercado para caracterização de abusividade em sua cobrança.

2. A Segunda Seção, ao apreciar os recursos especiais 1.112.879/PR e 1.112.880/PR, entendeu que nos contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória 1.963-17, em vigência atual como MP 2.170-36/2001, e desde que expressamente pactuada, é admissível em período inferior a um ano.

3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.

(EDcl no REsp 1455536/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe 01/06/2015.)

Confira-se, a propósito, o seguinte trecho do *decisum*:

"Quanto à capitalização dos juros, verifico que o acórdão recorrido declarou expressamente pactuada a capitalização diária dos juros, a qual, todavia, proibiu por se tratar de cobrança abusiva.

Ocorre que os contratos discutidos nos autos são posteriores à Medida Provisória nº 2.170-36/2001, segundo a qual é admitida a capitalização de juros em periodicidade inferior a um ano em operações realizadas por instituições financeiras. Naturalmente, a capitalização diária se subsume na nova regra legal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, é o caso de manter-se a validade da capitalização diária, expressamente contratada."

Vide, também: REsp n. 1.672.318/SC, Rel. Min. Marco Buzzi, julgado em 15 de dezembro de 2017; REsp n. 1.707.867/SC, Rel. Min. Laurita Vaz, julgado em 21 de novembro de 2017; REsp n. 1.622.374/MG, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 24 de agosto de 2016; REsp n. 1.443.747/RS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 10 de outubro de 2016; REsp n. 1.612.849/RS, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, julgado em 19 de outubro de 2016; AREsp n. 929.576/SP, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 09 de novembro de 2016; REsp n. 1.580.277/SC, Rel. Min. Marco Buzzi, julgado em 24 de novembro de 2016; REsp n. 1.597.357/SC, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 17 de maio de 2016, e; REsp n. 1.462.377/RS, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 18 de fevereiro de 2015.

7. Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial, a fim de permitir a cobrança de juros capitalizados diariamente, conforme pactuado entre as partes, mantendo, no mais, o acórdão recorrido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator